

DETERMINANTES DA PERCEPÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

VALÉRIA CABREIRA CABRERA¹; BIANCA DE FREITAS LINHARES²

¹*Universidade Federal de Pelotas – valeriocabreira@gmail.com*

² *Universidade Federal de Pelotas - biancaflinhares@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A construção do tema deste trabalho iniciou-se com a dissertação de mestrado em Ciência Política “Cultura Política e Adesão à Democracia: uma análise a partir da percepção do cidadão brasileiro sobre direitos humanos” (CABRERA, 2016), cujo resultado demonstrou que, não obstante o brasileiro apoie em maioria a democracia, o mesmo não ocorre em relação aos direitos humanos.

Como esses direitos são inerentes à democracia, sobretudo a partir da sua aproximação com a pluralidade típica do regime democrático, ao final da dissertação restou o seguinte questionamento: quais preditores impactam a percepção sobre direitos humanos no Brasil? Este trabalho, então, busca responder a esse questionamento, aprofundando a pesquisa já conclusa de que foi originado. Nesse sentido, trata de identificar aspectos políticos e sociais relacionados à cultura política capazes de trazer alguma explicação sobre as opiniões emitidas pelos brasileiros sobre direitos humanos.

2. METODOLOGIA

Para operacionalizar a pesquisa, foram utilizados dados secundários de opinião pública, obtidos junto ao Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Os dados foram coletados por meio de 1500 entrevistas, no Brasil, em 2012. Os passos narrados adiante até a elaboração do índice de percepção sobre direitos humanos aparecem também na dissertação de mestrado da autora. A partir dessa fase, tratam-se de passos metodológicos inéditos, próprios da construção deste trabalho.

No questionário LAPOP foram selecionadas 6 (seis) questões que permitiam conhecer a percepção do brasileiro sobre as seguintes ações violadoras de direitos humanos: bater no filho, bater na esposa, matar abusador sexual, matar pessoa que ameaça a comunidade, matar gente indesejável e torturar criminoso.

Primeiramente, obteve-se a frequência de respostas dessas questões, ora tomadas como variáveis. Para obter números mais precisos e que melhor permitissem a análise da percepção sobre direitos humanos, criou-se, a partir das 6 variáveis acima apresentadas, um índice de percepção sobre direitos humanos. Para a criação do índice, atestamos a correlação entre as 6 (seis) variáveis por meio da análise fatorial de componentes principais. As variáveis apresentaram relação mútua entre si, então as respostas dadas às questões (elaboradas em 3 alternativas: (1) não aprovaria nem entenderia; (2) não aprovaria mas entenderia; (3) aprovaria) foram somadas e o resultado dessa soma foi dividido por seis, ou seja, fez-se uma média aritmética, de modo a criar uma escala com valores de 1 (pessoas que responderam a todas as questões com a opção 1) a 3 (pessoas que responderam a todas as questões com a opção 3). Para a construção do índice, decidiu-se dividir a escala em três seções de médias, nos seguintes moldes: 1 a

1,66 = alto apoio aos direitos humanos; 1,67 a 2,33 = médio apoio aos direitos humanos; e 2,34 a 3,00 = baixo apoio aos direitos humanos.

Em seguida, passou-se para a construção de modelos de predição da percepção sobre direitos humanos, especificamente, 3 (três) modelos foram construídos. Os modelos foram elaborados a partir de regressão logística pelo método *stepwise*, onde cada nível do índice de percepção sobre direitos humanos foi tomado como variável dependente em um modelo. Ou seja, no primeiro modelo, a variável dependente foi baixo apoio aos direitos humanos; no segundo modelo, médio apoio aos direitos humanos; e no terceiro modelo, alto apoio aos direitos humanos. Para possibilitar a regressão logística, cada nível do índice foi recodificado de forma binária (1 = presença; 0 = ausência).

As variáveis independentes foram as mesmas para os três modelos. Para selecioná-las optou-se por mesclar variáveis socioeconômicas (raça, sexo, escolaridade e região) com variáveis típicas do estudo de cultura política, como orgulho das forças armadas, apoio à intervenção militar e confiança institucional. Como muitas das variáveis sobre direitos humanos estavam relacionadas à prática de crimes, ao tratar da confiança, optou-se por utilizar a confiança no sistema judiciário para prender criminosos como variável independente. O raciocínio foi o mesmo em relação às demais variáveis, todas ligadas à justiça, às leis ou a crimes. Foram elas: vitimização pelo crime, vitimização de familiar por crime, adaptação da rotina por medo do crime e crença no dever das autoridades de cumprir sempre as leis para prender criminosos. Com exceção da variável escolaridade, que é escalar, todas as demais foram recodificadas de forma binária (sexo: 1 = homem; 0 = mulher; outras variáveis: 1 = presença; 0 = ausência). Além disso, aquelas variáveis oriundas de questões com mais de duas alternativas de resposta foram transformadas em variáveis *dummies*, isto é, cada uma das alternativas de resposta tornou-se uma nova variável binária.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A regressão logística pelo método *stepwise* tem como característica incorporar a cada passo uma nova variável dependente para ajustar o modelo, criando, ao chegar no último passo, o mais adequado modelo para a explicação do fenômeno desejado, isto é, aquele com um R^2 ajustado mais alto. Abaixo, apresenta-se os 3 (três) modelos ajustados. As variáveis independentes que aparecem nos modelos são aquelas que foram consideradas significativas em uma limiar de 5% ($p < 0,05$) e, por isso, podem ser estatisticamente consideradas preditoras da variável dependente.

Tabela 1 - Determinantes do alto apoio aos direitos humanos

	B	Erro padrão	Sig.	Razão de chance
Ser Branco	,572	,163	,000	1,772
Ser Homem	-,413	,149	,006	,662
Não ter orgulho das forças armadas	-,446	,176	,011	,640
Autoridades devem sempre cumprir as lei	1,186	,166	,000	3,275
Confia no sistema judiciário (Sim)	,323	,161	,046	1,381
Soube notícia de crime em seu bairro (Sim)	-,587	,204	,004	,556
Não apoia intervenção militar	,429	,151	,005	1,535
Ser da região sudeste	,630	,173	,000	1,878
Ser da região sul	-,489	,221	,027	,613

Fonte: LAPOP (2012)

Na tabela 1 aparecem os preditores do alto apoio aos direitos humanos. São eles: ser branco, ser homem, não ter orgulho das forças armadas, crer que as autoridades devem sempre cumprir as leis para prender criminosos, confiar no sistema judiciário para prender criminosos, ter conhecimento de ocorrência de crime em seu bairro, não apoiar a intervenção militar, ser da região sudeste e ser da região sul. Desses variáveis, crer que as autoridades devem sempre cumprir as leis para prender criminosos é a mais significativa: pessoas com essa percepção têm duas vezes mais probabilidade de apoiar os direitos humanos. Após, quem é da região sudeste tem 87,8% de probabilidade de apoiar os direitos humanos e quem é da raça branca tem 77,2%. Além disso, aqueles que não apoiam intervenção militar em nenhuma hipótese tem 53,5% de probabilidade de apoiar os direitos humanos e aqueles que confiam no sistema judiciário para punir criminosos tem 38,1% de probabilidade. O modelo é capaz de explicar 20,1% do fenômeno.

Tabela 2 - Determinantes do médio apoio aos direitos humanos

	B	Erro Padrão	Sig.	Razão de Chance
Ser branco	-,362	,159	,023	,696
Não ter orgulho das forças armadas	,452	,169	,008	1,571
Autoridades devem sempre cumprir as leis (Sim)	-,719	,157	,000	,487
Ser da região norte	,586	,208	,005	1,797
Ser da região sudeste	-,375	,170	,027	,687

Fonte: LAPOP (2012)

 R² Nagelkerke: 8,9%

Já o apoio intermediário aos direitos humanos pode ser explicado pelas variáveis ser branco, não ter orgulho nas forças armadas, crer que as autoridades devem sempre cumprir as leis para prender criminosos, ser da região norte e ser da região sudeste. A capacidade explicativa segundo modelo (tabela 2) que pretende explicar o médio apoio aos direitos humanos a partir das mesmas variáveis independentes dos demais modelos, teve uma capacidade de explicação inferior, mas ainda importante, 8,9%. As variáveis determinantes mais significativas foram não ter orgulho das forças armadas (57,1% de probabilidade) e ser da região norte (79,7%).

Tabela 3 - Determinantes do baixo apoio aos direitos humanos

	B	Erro Padrão	Sig.	Razão de Chance
Escolaridade	-,125	,033	,000	,883
Autoridades devem sempre cumprir as leis (Sim)	-1,293	,245	,000	,274
Vitimização por crime	,764	,281	,007	2,146
Não apoiar intervenção militar	-,951	,247	,000	,386
Ser da região nordeste	,835	,283	,003	2,305
Ser da região sul	1,754	,310	,000	5,777

Fonte: LAPOP (2012)

 R² Nagelkerke: 19,1%

A tabela 3 traz os resultados relativos ao baixo apoio aos direitos humanos. A capacidade explicativa do modelo foi bastante significativa, 19,1%. A variáveis independentes que melhor explicam o baixo apoio aos direitos humanos são: escolaridade, crer que as autoridades devem sempre respeitar as leis para

prender criminosos, vitimização por crime, não apoiar intervenção militar, ser da região nordeste, ser da região sul. De forma bastante veemente, pessoas da região sul aparecem com probabilidade 5 vezes maior de demonstrar baixo apoio aos direitos humanos, enquanto quem é da região nordeste tem 2 vezes mais probabilidade. Além disso, pessoas que já foram vítimas de crime têm também 2 vezes mais probabilidade de conferir baixo apoio aos direitos humanos.

4. CONCLUSÕES

A importância de fatores comportamentais e de opinião para a teoria democrática vem sendo estudado pela abordagem da cultura política, para a qual a decisão do indivíduo no que se refere a fenômenos políticos não é estritamente racional, mas também. Autores como Baquero e Moisés, leituras obrigatórias sobre cultura política no Brasil, trabalham, entre outros aspectos, a existência de tendências a comportamentos e opiniões autoritárias entre a população de países democráticos. Nesse sentido, enfatizam que no Brasil é possível observar alguns fatores que historicamente tem configurado um tipo de cultura política híbrida, que mistura posturas favoráveis à democracia e tendências negativas em relação a aspectos institucionais atinentes à democracia (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008). Assim, embora a democracia formal permaneça em funcionamento, esse regime político possui graus de amadurecimento, que podem definir o nível de aprofundamento e até mesmo de esvaziamento democrático de determinada sociedade, aos quais a percepção das pessoas pode nos auxiliar a conhecer.

Nesse sentido, questionou-se de que forma, em um cenário como tal, se desenvolveria a compreensão do cidadão brasileiro sobre direitos humanos, direitos próprios da vida democrática. Nesse sentido, a contribuição deste trabalho é o de proporcionar a identificação de fatores sociais capazes de predizer atitudes relativas à legitimidade democrática e ao funcionamento da democracia no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil.** Rev. Sociol. Polít., p. 83-108, Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

CABRERA, V. C. **Cultura Política e Adesão à Democracia: uma análise a partir da percepção do cidadão brasileiro sobre direitos humanos.** 2016. 159f. (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2016.

LATIN American Public Opinion Project. LAPOP. **O Barômetro das Américas: Brasil, 2012.** Brazil questionare. Vanderbilt University: Nashville/EUA, 2012. Disponível em:<http://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil/ABBrA12-v10.0.2.6-Portuguese_W.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura política, instituições e democracia.** Revista brasileira de ciências sociais. vol. 23, nº. 66, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/02.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.